

PRIMEIRA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XIV CÚPULA JUDICIAL IBERO-AMERICANA*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Para iniciar esta breve reflexão, evoco palavras do jurista Clóvis Bevilacqua, considerado o pai do Código Civil brasileiro de 1916:

O homem não se contém dentro dos limites da sua pátria. Exerce a sua atividade, criando relações econômicas, intelectuais e morais em outros países, e o direito, que preside a essas relações, há de ter um caráter acentuadamente humano, porque elas transpõem as lindes dos países e não podem ser contidas dentro das normas dos direitos nacionais. Ainda que, no estado atual do direito, cada soberania estabeleça os preconceitos reguladores dessas relações, ela o faz respeitando as leis de outras soberanias, que, em determinadas oportunidades, aplicam. É o ponto de vista humano, que determina a eficácia das leis no espaço. As que se referem, direta e principalmente ao indivíduo, como agente de direitos, como parte componente de uma família, são extraterritoriais, para levarem a sua proteção ao ente humano, onde quer que ele exerça a sua atividade.

Embora nascido nos meados do século XIX, quando a globalização ainda não era um fenômeno tão palpável quanto hoje o é, Clóvis Bevilacqua já percebia que a humanidade caminhava a passos largos para a era da integração entre os povos. Sim, uma integração não só com alvos econômicos e culturais, mas, sobretudo, morais e humanos, voltados estes para a consolidação do Estado democrático de direito – destinado, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, “a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias...”.

* Palavras proferidas na abertura da reunião, Isla Margarita, Venezuela, 8.11.2006.

Não é outro, acredito, o propósito da Cúpula Judicial Ibero-Americana desde a sua organização, a julgar pela essência do seu objetivo primacial: a adoção de projetos e ações em parceria, visando ao fortalecimento das instituições judiciárias e, por extensão, da democracia na Comunidade Ibero-Americana.

Este, portanto, é um momento de suma importância. Vinte e três países irmanados por raízes culturais comuns reúnem-se para planejar a XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana, cujo eixo temático será “Modernização, segurança jurídica, acesso e inclusão social: a Justiça preparando-se para o futuro”.

E o fazem imbuídos da certeza de que o estreitamento das relações entre os Estados da nossa Comunidade e o conseqüente fortalecimento da identidade ibero-americana resultarão em sólida cooperação jurídica internacional no combate às injustiças sociais e no implemento da democracia.

É certo, Senhores, que os gritantes problemas sociais não se restringem a um ou a outro país. Na verdade, o crime organizado, o tráfico de drogas e de seres humanos, o terrorismo, o desrespeito aos direitos fundamentais, a exclusão social, a fome, a violência sexual, a exploração sexual de crianças, o trabalho escravo, a degradação do meio ambiente, tudo isso constitui uma chaga global, pois, presentes quer nos países desenvolvidos, quer naqueles em desenvolvimento, extrapolam as fronteiras nacionais.

O mundo parece trafegar em sentido contrário à lucidez e à dignidade humana. É preciso, pois, dar a mão aos excluídos, aos que não têm voz para defender os seus direitos, muitas vezes o direito à própria vida.

Como iremos nós cumprir tão ingente tarefa no âmbito da Comunidade Ibero-Americana? O eixo temático da XIV Cúpula já nos

sugere excelente caminho: uma Justiça bem aparelhada, fazendo diferença nos dias atuais, com os olhos postos num futuro em que o Estado democrático de direito cumpra, de fato, a sua missão de salvaguardar e promover os direitos dos homens, ensejando o alvorecer de sociedades mais humanas, mais igualitárias.

Permitam-me, Senhores, tecer breve comentário sobre essa proposta de fazermos a Justiça triunfar nos vários segmentos das sociedades aqui representadas.

Penso que o ponto de partida é a conformação de ideais dos países-membros da nossa Comunidade, respeitadas as diferenças e a soberania nacional de cada um, somando-se a isso vontade política e conjugação de esforços num engajamento consciente, incisivo. Tal postura implica o surgimento de propostas globais inteligentes, exequíveis, verdadeiros dínamos de instrumentos concretos cuja essência seja um conteúdo ético, humano, capaz de sobrepor-se aos interesses políticos unilaterais.

A propósito, lembro palavras do imortal Ortega y Gasset:

La política es tanto como obra de pensamiento obra de voluntad; no basta con que unas ideas pasen galopando por unas cabezas; es menester que socialmente se realicen, y para ello que se pongan resueltamente a su servicio las energías más decididas de anchos grupos sociales. (DISCURSOS POLÍTICOS, 1974, p. 66).

A meu ver, imprescindível, nessa escalada, é o fortalecimento institucional, alcançado, sobretudo, mediante a credibilidade e a modernização. É sabido que, sem instituições políticas sólidas, confiáveis, adequadas aos novos tempos, não há sustentação ao Estado democrático de direito. E incumbe ao Poder Judiciário grande parcela de responsabilidade, haja vista a sua missão de, como guardião da democracia, zelar pela autoridade, uniformidade e fiel interpretação das leis.

Alegro-me porque, sem dúvida, a Justiça dos países ibero-americanos está adentrando esse universo. Exemplo que vivencio é o Poder Judiciário brasileiro, o qual tem agido com severidade quando, esporadicamente, constata qualquer desvio ético dos seus juízes. Além disso, tem dado gigantescos passos rumo à modernização. Em, breve, entraremos na era do processo cem por cento virtual.

De parabéns, portanto, a Cúpula Judicial Ibero-Americana, em especial a Secretaria Permanente – Espanha –, pelo denodo com que vem enfrentando os desafios para alcançar resultados tão relevantes nos poucos anos desde a sua criação.

Meus agradecimentos à Venezuela, na pessoa do presidente da Corte Suprema e nas dos outros magistrados, por nos receber com tanta fidalguia e cordialidade.

E não gostaria de concluir estas palavras sem dizer da honra que sente o Brasil com a escolha para sediar a XIV Cúpula Judicial, em 2008. Esperamos atender as expectativas e cooperar, maciçamente, para que, em dias próximos, os órgãos judiciais ibero-americanos, fortes, confiáveis, modernizados, sejam agentes da justiça que preconizamos: eficiente, eficaz, prestada em tempo razoável. Acima de tudo, uma justiça acessível a todos, mormente aos menos favorecidos, aos excluídos, independentemente da etnia, sexo, credo ou *status* socioeconômico.

Muito obrigado.